

Macau: Uma sociedade Escravagista (sec. XVI – XVIII)?

Daniel Valenzuela Tavares

dft5@student.le.ac.uk

Resumo

O presente estudo tem como objeto de enfoque a população escrava da colónia de Macau na cronologia balizada entre os séculos XVI e XVIII. Será objetivo desta apresentação perceber o papel dos escravos e cativos dentro da comunidade macaense e perceber até que ponto estes contribuíram para a manutenção e prosperidade da colónia portuguesa. Por conseguinte, foram analisados diferentes relatos descritivos da sociedade Macaense, tais como cartas e relatos de viagem, nas quais é possível observar os diferentes papéis que os escravos nela detinham. Baseando a pesquisa em escritos como os de Peter Mundy ou António de Gouvea poder-se-á então responder à pergunta sobre a qual incide o estudo em questão: Era Macau uma sociedade escravagista?

Palavras-Chave: Macau, Escravos, Sociedade, Descobrimientos, China.

Abstract

The present study focuses on the slave population of Macau's colony through the XVI and XVIII centuries. The purpose of this paper is to comprehend the role of slaves and captives inside the Macanese society and understand until which point those agents contributed for the maintenance and prosperity of the Portuguese colony. Hence, different reports of the Macanese society like letters and travel reports have been analysed, in which it is possible to perceive the distinct roles performed by slaves. Basing this research in writings like those of Peter Mundy or António de Gouvea, it will be possible to answer the interrogation that supports the study in question: Was Macao a society based on slavery?

Keywords: Macao, Slaves, Society, Discoveries, China.

Introdução

O presente trabalho realizado no âmbito da Unidade Curricular do Seminário de História Moderna tem como propósito responder à questão apresentada no título, tentando-se perceber se podemos considerar Macau uma sociedade escravagista, ou se esta não passa de uma sociedade onde os escravos estão presentes, mas sem um

papel preponderante ao ponto de a sua presença ser essencial para o funcionamento do território.

Esta questão será respondida tendo em conta o estudo da população escrava identificada na antiga colónia de Macau entre os séculos XVI e XVIII. Com este objetivo em mente, o trabalho irá desenvolver-se tendo por base o estudo e a busca do papel desta população na sociedade Macaense a diversos níveis, respondendo a distintas questões que procuram entender a distinção existente entre escravos no que diz respeito ao seu gênero, as suas funções ou etnias.

Em segundo lugar, ir-se-á tentar perceber a necessidade da presença escrava em Macau, procurando-se averiguar até que ponto estes eram, ou não, fundamentais para a subsistência de Macau. Aproximando-se mais ao campo estatístico, também o peso numérico da população escrava será um tema abordado.

A escolha de Macau deve-se a uma atração pelo Oriente, mas também é de salientar que a República Popular da China é hoje, indiscutivelmente, um dos palcos principais da política e economia internacional, ombreando com grandes potências e ressurgindo como ator principal em temas do quotidiano da comunidade mundial¹. Parece, assim, essencial debruçar a atenção da sociedade presente sobre o passado desta nação milenar como forma de melhor a conhecer.

Especificamente relativo a Portugal, esse interesse pauta-se pelo estudo e por um melhor entendimento de um passado ligado ao Oriente, o que no caso específico da China se destaca indiscutivelmente a ex-colónia Portuguesa de Macau.

Quanto à população escrava, a sua escolha pauta-se pelo diminuto destaque que estes detêm no universo historiográfico, nomeadamente no que diz respeito ao continente asiático onde são escassos os estudos referentes a estas populações e ao papel que estes detiveram, quando comparado com outros espaços intensamente estudados como o Atlântico.

Nos capítulos seguintes proceder-se-á a uma revisão do Estado da Arte sobre o assunto e em seguida será feita uma contextualização do espaço chinês na cronologia indicada, assim como a chegada dos portugueses a este espaço e o funcionamento da sociedade da colónia numa perspetiva mais geral.

A partir daqui a perspetiva será afunilada e focada na população escrava onde, através da análise de fontes e do cruzamento de informações, se procederá ao levantamento de informação e às respetivas conclusões.

¹ PATTON, Mike — *China's Economy Will Overtake The U.S. In 2018*. in Forbes [Em Linha]. [Consult. 15 Jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.forbes.com/sites/mikepatton/2016/04/29/global-economic-news-china-will-surpass-the-u-s-in-2018/#71c5e543224a>

As abordagens referentes à população escrava em Macau são escassas, e também o são os estudos que se debruçam sobre este tema em específico. Foi necessário, no processo de desenvolvimento deste trabalho, extrair menções a população escrava doutros estudos realizados e obras já existentes sobre a história da colónia de Macau, e identificar perspectivas mais económicas, políticas e geográficas referentes ao território em questão.

Tendo este aspeto em consideração, vários foram os autores que se debruçaram sobre a presença portuguesa no Oriente, nomeadamente a sua relação com a China e a colonização de Macau, destacando-se duas visões distintas sobre o tema trabalhado. Como já indicado anteriormente, se por um lado temos uma visão mais focada na população escrava, objeto deste trabalho, por outro lado não podemos dispensar toda a construção já elaborada por diversos autores noutras áreas de interesse inerentes à construção de uma realidade social, seja ela social, económica ou a política.

Tendo essa dualidade em conta, começaremos por mencionar o trabalho do Padre Manuel Teixeira. Na sua obra “Primórdios de Macau”², o autor dá a conhecer alguma da história da formação da cidade e da instalação dos portugueses no território. No campo da sociedade macaense, Manuel Teixeira dá-nos uma visão da evolução populacional segundo diversas fontes e dá destaque à população feminina, distinguindo as mulheres chinesas das macaenses³.

Na obra “Japoneses em Macau”⁴ o autor centra-se na influência da ligação entre Macau e o Japão. Mais do que apenas uma ligação comercial, o autor destaca “...Macau como porto fundamental da rota missionária... desenvolvimento como base cultural... lar dos cristãos japoneses aqui exilados e... lugar de repouso das relíquias de muitos dos mártires nipónicos”, reforçando com esta ideia a ligação entre estes dois territórios e a riqueza da sociedade macaense, fruto de uma grande interculturalidade no Extremo Oriente.

As obras de Manuel Teixeira pautam-se, assim, por um estudo da sociedade macaense, da sua história e organização. Critica-se, no entanto, o seu foco estrito na área religiosa, sacrificando outros pontos necessários para a temática desta investigação.

² TEIXEIRA, Manuel, Padre — **Primórdios de Macau**. Macau: Instituto Cultural, 1990. ISBN 972-35-0091-4.

³ TEIXEIRA, Manuel, Padre — **Primórdios de Macau...** pp. 36 – 39.

⁴ TEIXEIRA, Manuel — **Japoneses em Macau**. Macau: Instituto Cultural, Comissão Territorial para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993. (Japónica). ISBN 972-35-0132-5.

A obra de António Aresta “Macau: uma história cultural”⁵ também se debruça sobre a história desta colónia, mas retratando-a de uma perspetiva mais política. O autor afirma: “Foi em Macau que Portugal e a Europa tiveram o seu mais duradouro e fecundo ponto de encontro com o Oriente Extremo”⁶. E reconhece que “Ao desvendarmos o passado desta cidade [Macau]... tomamos consciência de que aqui se cumpriram pedaços de história de dois mundos geograficamente tão afastados um do outro...”⁷. Esta obra é de destacar pelo paralelismo que o autor constrói ao longo da obra entre Macau e a história da China.

O trabalho de Ivo Carneiro de Sousa também deve ser aqui mencionado como um nome ligado ao estudo do espaço Oriental. Em “Portugal e o Sudoeste Asiático: problemas, tendências e novas orientações historiográficas”⁸, o autor aborda aspetos historiográficos do estudo desta região concluindo:

A importância da investigação de temas ligados aos contactos culturais, aos dinamismos privados e aos problemas de identidade social individual, grupal e local... fundamentais na renovação da historiografia portuguesa sobre o Sudeste asiático, partindo da riqueza documental guardada entre nós para investigar... comparações e conexões entre sociedades, políticas, economias e culturas⁹.

Com uma perspetiva mais económica da expansão marítima na Época Moderna destaca-se o trabalho do norte-americano, Georges Bryan de Souza, cuja obra “The survival of empire: Portuguese trade and society in China and the South China sea, 1630-1754”¹⁰ nos remete para as relações económicas que Portugal detinha no Extremo Oriente a partir da cidade de Deus. Não obstante, aquando uma abordagem inicial à sociedade macaense, o autor afirma que a população de Macau era grandemente masculina, e dividida por pequenos grupos de reinóis, mestiços e populações escravas¹¹.

⁵ARESTA, António — **Macau: uma história cultural**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Inquérito, 2009. (Jorge Álvares). ISBN 978-972-670-436-2.

⁶ARESTA, António — **Macau: uma história cultural**... p. 9

⁷ARESTA, António — **Macau: uma história cultural**...p 13

⁸SOUSA, Ivo Carneiro de — **Portugal e o Sudoeste Asiático: problemas, tendências e novas orientações historiográficas**. *Revista da Faculdade de Letras: História* Série III. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras.. Vol. 4, (2003), p. 147-169.

⁹SOUSA, Ivo Carneiro de - **Portugal e o Sudoeste Asiático**...p. 166

¹⁰SOUSA, George Bryan — **The survival of empire: Portuguese trade and society in China and the South China sea, 1630-1754**. Cambridge: University Press, 1986. ISBN 0-521-24855-8.

¹¹SOUSA, George Bryan — **The survival of empire**...p. 14

De destacar também a obra “Um porto entre dois impérios”¹² de Jorge Manuel dos Santos Alves, cuja temática se foca nos aspetos diplomáticos que permitiram a subsistência da comunidade no Império da China. Aqui o autor afirma que:

A história do princípio do estabelecimento dos portugueses em Macau... [é] Quase sempre condicionada pela raridade de documentos e insuficiência das suas informações, que só a muito custo permitem o estudo da sociedade macaense...¹³.

Destaque-se Charles Boxer, cujo corpo de trabalho se centra sobremaneira no Oriente e nas relações do Império Português com e nesta zona, dentro da cronologia abordada, isto é, a Época Moderna. Destaque-se, de entre estas obras, “Fidalgos no Extremo Oriente”¹⁴ a qual trata, segundo o autor de “...episódios e períodos chave relacionados com a história da colónia...”¹⁵ onde Boxer outorga especial destaque à sociedade Macaense. Todo o capítulo 13 é dedicado à questão da escravatura de Macau¹⁶ sendo estes descritos pelo autor como “...os mais infelizes de todos aqueles cuja vida decorria na Cidade do Nome de Deus da China.”¹⁷ É neste capítulo que o autor aborda, entre outras, a questão das *muitsai*¹⁸.

Outras obras se podem indicar deste historiador, fundamentais quer para a elaboração desta investigação como para a temática de Macau na Época Moderna. Indique-se a título de exemplo “Estudos para a História de Macau”¹⁹ onde o autor relata a relação entre Macau e a China através da compilação de correspondência entre os dois espaços, ou “Macau na Época da Restauração”²⁰ onde Charles Boxer procura explicar um pouco melhor a História Macaense Moderna nomeadamente através de um dos episódios que mais marcou a História de Portugal e, conseqüentemente, das suas colónias, a Restauração da Independência. Destacam-se estas obras pela cronologia

¹² ALVES, Jorge Manuel Ribeiro dos Santos — **Um porto entre dois impérios: estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1999. (Memória do oriente). ISBN 972-8013-46-9

¹³ ALVES, Jorge Manuel Ribeiro dos Santos — **Um porto entre dois impérios...**p. 53

¹⁴ BOXER, Charles Ralph — **Fidalgos no Extremo Oriente: 1550-1770: factos e lendas de Macau antigo**. Macau: Fundação Oriente, Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990

¹⁵ BOXER, Charles Ralph — **Fidalgos no Extremo Oriente...**p. 11

¹⁶ BOXER, Charles Ralph — **Fidalgos no Extremo Oriente...**p. 227

¹⁷ ALVES, Jorge Manuel Ribeiro dos Santos — **Um porto entre dois impérios...**p. 228

¹⁸ *Muitsai* são descritas pelo ator como as filhas não desejadas de pais na miséria que eram vendidas para servirem por um número determinado de anos ou até ao fim das suas vidas (pág. 228). Ver também a tese de Leonor Diaz de Seabra e Maria de Deus Beites Manso “Escravatura, Concubinação e Casamento em Macau: Séculos XVI – XVIII” (Pág. 109), onde as autoras afirmam que o comércio de crianças roubadas ou revendidas era o meio mais comum para a aquisição de *muitsai*.

¹⁹ BOXER, Charles Ralph — **Estudos para a história de Macau: séculos XVI a XVIII**. Lisboa: Fundação Oriente, 1991. (Obra completa de Charles Ralph Boxer). 1º tomo, Vol. I. ISBN 972-9440-01-8.

²⁰ BOXER, Charles Ralph — **Macau na época da restauração...**

limitada e pelo foco em acontecimentos precisos que marcaram a cidade, permitindo uma observação mais pormenorizada da mesma e, no que interessa à presente investigação, da sua sociedade. Ainda do mesmo autor, destaque deve ser dado a “The Great Ship from Amacon”²¹ no qual Boxer retrata as trocas marítimas entre Macau e os portos marítimos do Japão, sendo o título uma apropriada indicação à Nau do Trato (traduzida para o Inglês como “Ship from Amacon”), a mais importante embarcação nas trocas comerciais portuguesas no Oriente, responsável, entre outras coisas, por realizar o comércio da prata do Japão para o Império Chinês, única fonte de relação entre estes dois espaços, ficando esta Nau também conhecida como a Nau da Prata ou Nau Preta, pelos Japoneses, pela cor escura da madeira, após calafetagem com breu, revelando-se uma grande fonte de riqueza para a colónia. O autor afirma:

“Macau deu-lhes [aos portugueses] uma base segura na costa do Sul da China, com fácil acesso ao grande mercado de Cantão; e a sua posição ficou consolidada quando Nagasaki foi entregue aos Jesuítas em 1571, com o propósito de fazer daquela vila piscatória o terminal para a anual Nau do Trato...”²².

Pode-se constatar pelas obras apresentadas o porquê de Charles Boxer ser considerado, aos olhos de Carlos Augusto Monjardino, “...o historiador mais avisado...” sobre Macau e a expansão europeia no mundo²³. Aluda-se, porém, a atenção do leitor para dois pontos relativos ao seu trabalho. O primeiro prende-se com a crítica por parte do regime salazarista devido ao ataque do autor da ideia do “lusotropicalismo” e à denúncia com rigor histórico das práticas raciais no Império Português nas colónias. Tal situação levou a uma visão negativa do seu trabalho a nível nacional e internacional, como do Brasil temos exemplo. Em segundo lugar, é de apontar a tendência encontrada nos trabalhos de Charles Boxer para a ausência de referências às informações recolhidas pelo historiador, o que levantou algumas questões e dúvidas na análise das suas obras e respetiva elaboração da presente investigação.

Outras obras que merecem especial destaque são o trabalho de Leonor Diaz de Seabra e Maria de Deus Beites Manso “Escravidão, Concubinação e Casamento em Macau”²⁴ e “Macau e a presença portuguesa seiscentista no Mar da China”²⁵ de Anabela

²¹ BOXER, Charles Ralph — **The great ship from Amacon: annals of Macao and the old Japan trade, 1555-1640**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.

²² Tradução livre do Inglês

²³ BOXER, Charles Ralph — **Estudos para a história de Macau...**p. 16.

²⁴ SEABRA, Leonor Diaz de; MANSO Maria de Deus Beites — **Escravidão, Concubinação e Casamento em Macau: séculos XVI-XVIII. Afro-Ásia** [em linha]. 49 (2014), 105-133. [Consult. 10 03 2017]. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912014000100004

²⁵ MONTEIRO, Anabela Nunes — **Macau e a presença portuguesa seiscentista no Mar da China. Interesses e estratégias de sobrevivência** [em linha]. Coimbra: [s.n.], 2011. [Consult. 10 03 2017]. Tese de doutoramento. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/18493>

Nunes Monteiro. Se a primeira obra se foca na população feminina presente em Macau, com referência à população escrava e ao seu papel na comunidade, na segunda, a autora pretende perceber "...como a dita comunidade se integrou nesse espaço [Mar da China] e como se relacionou entre si e com outros povos..." dedicando no capítulo terceiro, "Divisão social da comunidade"²⁶, uma referência aos escravos.

Percebe-se com esta análise que a historiografia já se debruçou grandemente sobre a história de Macau, a sua formação e a sua organização no vasto espaço que é o Oriente. Contudo, vários são os testemunhos dados relativamente à escassez de estudo no âmbito mais social, o que, impreterivelmente, influencia o estudo do objeto deste trabalho, a população escrava. Apesar de, paulatinamente, se tentar levantar o véu sobre a organização social do território macaense, um avanço sistemático revela-se difícil devido à informação bastante subjetiva, de carácter mais qualitativo do que quantitativo, presente nas fontes estudadas.

Procuraremos, ainda assim, tentar responder à pergunta levantada no título deste trabalho e perceber o peso dos escravos na colónia de Macau. Avançaremos agora para uma contextualização do espaço com o qual os Portugueses mantiveram um longo contacto, de modo a perceber em que realidade vamos encontrar inserida a população escrava.

1. Contextualização

Neste capítulo procuraremos contextualizar a história de Macau na época abordada, separando-a em três perspetivas.

Primeiramente, iremos analisar um pouco da história da China de modo a tentar perceber em que realidade se inseria o território macaense e que realidade política e económica foi aquela vivida pela colónia portuguesa durante a sua presença.

Em segundo lugar iremos procurar entender como ocorreu a chegada dos Portugueses ao território Macaense e qual o processo por detrás da instalação dos mesmos neste território.

No terceiro ponto procura-se explicar como é que se desenvolveu a presença portuguesa em Macau e como se procedeu à construção da colónia Macaense durante os séculos abordados tendo em conta diferentes perspetivas como a economia ou a política.

²⁶MONTEIRO, Anabela Nunes — **Macau e a presença portuguesa seiscentista no Mar da China...** p. 129

Deste modo será possível melhor compreender a população escrava introduzida nos distintos contextos que formaram a sociedade Macaense.

1.1. China - A queda dos Ming e a ascensão dos Qing

A dinastia Ming é considerada uma dinastia profundamente chinesa, representando um renascimento do espírito nacional. Diz-nos Pannikar que os Ming levavam avante uma política que se pode qualificar *grosso modo* de restauração, e foi sobre esta dinastia que no século XVI e até a metade do século XVII o império gozou de uma paz e de uma prosperidade quase contínua²⁷.

O autor Harry Gelber, na sua obra “O Dragão e os diabos estrangeiros”²⁸ diz-nos que “no início do séc. XV, os chineses não se limitavam a ser, apenas, a mais avançada civilização em várias áreas industriais, mas contavam também com uma arquitetura naval de tal modo desenvolvida que podiam construir centenas de navios de dimensões diferentes”²⁹. Durante anos os Chineses conseguiram dominar importantes centros de comércio no Oceano Índico como Ceilão e Calecute. Contudo, após 1433, estas missões terminaram e com elas toda a capacidade de construção naval e de navegação.

Entre as razões apontadas destacam-se as más impressões dos contactos com o estrangeiro e das influências que daí provinham, tal como os custos e prejuízos acumulados dessas expedições que, sem qualquer intuito de colonização e obtenção de riqueza, se pautaram pelo seu carácter diplomático. Traduziam-se então estas expedições como forma de promover o Império em zonas onde a China não detinha qualquer interesse político.

A tentativa falhada da conquista do Vietname nesta altura também pesou nas finanças do Império. A acrescentar a este fator, o Império vivia uma situação de instabilidade com a ameaça Mongol a Norte. Os custos de guerra deveriam então ser redirecionados para a defesa e contenção do renascente perigo dos mongóis.

Em 1449, uma expedição falhada leva à pesada derrota do exército chinês contra as forças mongóis e à captura do jovem imperador. Resultado disto foi o abandono por parte dos Ming de novas campanhas a Norte e à conclusão das obras da Grande Muralha da China, cuja finalidade era defender o Império, e que se revelou um investimento caro para o Império, que financiou esta obra com a prata Espanhola que entrava graças ao comércio do Império com Manilha, trazida por mercadores japoneses,

²⁷ PANIKKAR, K. M — **A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. P. 72

²⁸ GELBER, Harry G. — **O dragão e os diabos estrangeiros: a China e o mundo, de 1100 a.c. até à actualidade**. Lisboa: Guerra e Paz, 2008. ISBN 978-989-8174-07-9.

²⁹ GELBER, Harry G. — **O dragão e os diabos estrangeiros...**p. 114

filipinos e ocidentais que compravam o chá, a seda e a porcelana chinesa. Devido a esta mudança, acabou por se suprimir a própria memória dos esforços marítimos da China.

Em 1480, o Ministério da Guerra, com uma lógica burocrática, destrói todos os registos de viagens de Zheng He e antes de 1500, o imperador bane a construção de navios destinados à navegação em alto mar, proibindo os seus súbditos, sob pena de morte, de se aventurarem no mar. É assim que o comércio ultramarino chinês se mantém muito limitado até cerca de 1560 e os estrangeiros viram-se confinados a alguns portos, muito controlados pela burocracia para impedir de contaminar a ordem interna do Império.

A acrescer a estes factos temos a pirataria Japonesa no mar da China. Quando os japoneses estabeleceram relações oficiais com a China, Pequim exigiu a criação de uma guarda costeira japonesa para controlarem os piratas, ao invés de isso, os japoneses começam a fazer assaltos mais organizados, mantendo-se a costa chinesa indefesa, situação que piora com a supressão oficial da capacidade de navegação marítima.

No final de 1500, o Império Ming atingiu o apogeu do poder e da glória com a obtenção de êxitos notáveis na cultura e na educação. Mas apesar de todo o seu poder, o Império estava a mostrar sinais de fraqueza e de tensão. O Império tornara-se demasiado grande tanto em extensão geográfica como em população. O aumento da população traduziu-se em mais homens sem casa, a venderem as suas mulheres e filhos. Os problemas orçamentais agravados pelos custos com a defesa desequilibram o sistema mercantil interno.

Foi nos anos de 1639 e 1644 que grandes epidemias devastaram o território Chinês dizimando grandes percentagens da população.

Todos estes problemas levam à deflagração de revoltas internas, obrigando o governo a aumentar gastos não só contra a defesa externa, mas interna igualmente.

Diz-nos o autor que o período dos Ming mais não foi do que "...um simples intervalo entre períodos mais longos da China por soberanos estrangeiros"³⁰ referindo-se aos mongóis que os antecederam e aos manchus que os precederam. Esta nova ameaça vinda do Norte, acaba por tomar o poder, facilitada pelas condições desfavoráveis da dinastia Ming, dando início a uma nova dinastia, a Dinastia Qing.

Esta dinastia marca-se pelas relações externas³¹. O autor relata que em relações externas o Império continuou a ver-se como centro do mundo civilizado a quem os

³⁰ GELBER, Harry G. — **O dragão e os diabos estrangeiros...**p. 147

³¹ GELBER, Harry G. — **O dragão e os diabos estrangeiros...**p. 153

estrangeiros tinham de prestar tributo. Destaca-se o papel dos jesuítas que tinham continuado a trabalhar na China durante os tempos tumultuosos do declínio e da queda dos Ming.

A dinastia Qing iria governar a China até ao ano de 1911.

1.2. A Chegada dos Portugueses

A expansão ultramarina europeia, segundo Harry H. Gelber, nasce da combinação de necessidade estratégica, do fervor religioso, da procura da riqueza e do espírito de aventura. Portugal inseriu-se e foi pioneiro nesta expansão marítima. O primeiro contacto de Portugal com o Império da China, ainda que de forma indireta, foi através de Afonso de Albuquerque que conquista Goa em 1510 e Malaca um ano depois. Malaca garante a Afonso de Albuquerque o controlo da porta para as ilhas das especiarias, mas também apresenta aos portugueses os mercadores chineses. São lançadas aqui as bases do Império Português no Oriente e as primeiras redes de comércio global, de Portugal para o Japão em direção ao Oriente.

A conquista de Malaca pelos Portugueses, em 1511, abriu aos navios europeus a, até então, região desconhecida do Pacífico e foi através dos Chineses estabelecidos na Malásia que os portugueses conheceram as imensas riquezas do império chinês. Rafael Perestrelo foi o primeiro a atingir a costa chinesa e no ano seguinte Jorge Mascarenhas atingiu Tchang Tcheu e estabeleceu contato com mercadores chineses. As narrativas destes dois pioneiros fizeram crer ao Império Português que só teria lucro em comerciar com a China. Peres de Andrade, que dirigia a base marítima portuguesa de Malaca, é então enviado ao porto de Cantão, levando consigo um carregamento completo de pimenta, artigo de que os chineses careciam. O embaixador recebeu uma acolhida muito cordial das autoridades cantonesas, que logo autorizaram Andrade a vender sua mercadoria e comprar produtos chineses³².

O primeiro grupo de portugueses desembarcou em solo chinês em 1513. Guiados por interesses comerciais e de evangelização, chegaram à embocadura do rio das Pérolas, próximo da atual cidade de Macau. Ao longo das visitas seguintes o comércio com a China revelou-se tão lucrativo que, em 1517, o rei português D. Manuel I envia Tomé Pires como primeiro embaixador de Portugal à corte dos Ming e Fernão de Andrade é enviado como chefe de uma missão exploratória ao longo da costa chinesa, chegando os dois homens a Cantão, em setembro de 1517.

³² PANIKKAR, K. M — **A dominação ocidental na Ásia...**p. 72

Os portugueses tinham a esperança de poder instalar uma base comercial permanente em Macau, algo mal visto pelos chineses. Só em 1535 é concedido aos portugueses uma permissão oficial para residir em Macau e aí se dedicarem ao comércio, permissão esta que consistiu no pagamento de taxas alfandegárias ao governo chinês pelos barcos e mercadorias que aí aportassem, mantendo-se a soberania chinesa sobre o território.

Em 1537, os portugueses conseguem arrendar a totalidade da península de Macau com a condição de livrarem a região de pirataria, problema constante nas costas chinesas, como visto no capítulo anterior. Nos vinte anos seguintes, os chineses aceitam paulatinamente a presença portuguesa e a crescente monopolização do comércio externo nessa área por Portugal. Nessa altura a China já havia levantado a velha proibição de exploração marítima, pouco eficaz, e indicaram um porto próximo da atual Amoy para sede desta atividade.

Esta aproximação à China fazia parte de um movimento mais vasto dos portugueses para evangelizarem os “pagãos” e enriquecer o Império através do comércio. Diz-nos Francisco Bethencourt que no extremo Oriental da Ásia o estabelecimento português em Macau, desde cerca de 1557, era uma outra porta aberta para um outro espaço económico, o da China, mercado de produtos de elevado valor como a seda, o ouro e porcelanas, assim como para o Japão³³.

O autor continua³⁴ e demonstra que entre 1579 e 1580 o comércio oriental foi liberalizado, mantendo o rei a fiscalização e a cobrança de direitos na Casa da Índia em Lisboa. O resultado desta decisão não terá sido satisfatório já que, em 1571, e com o mesmo intento reformador, a governação portuguesa no Oriente passa a estar dividida por três governadores: ao vice-rei cabia a alçada desde o cabo de Guardafui até Ceilão, a um governador do cabo das Correntes ao cabo de Guardafui, a um terceiro governador desde Pegu até à China, cujo centro era Malaca. Procurava-se com esta decisão uma acrescida eficácia de ação num território tão vasto como era o Oriente. Entre 1580 e 1597 o monarca atribui total responsabilidade pela exploração do monopólio da rota do Cabo, lavrando contratos de estanco com mercadores.

Com a monopolização do comércio da Índia Ocidental, segue-se a área de comércio do Extremo Oriente que passa a estar no centro das atenções do Conselho da Índia. Durante o último quartel do século XVI, os mercadores portugueses, os capitães dos navios e outros aventureiros haviam avançado gradualmente, a partir de

³³ BETHENCOURT, Francisco — **História da expansão portuguesa: o Brasil na balança do império (1697-1808)**. Lisboa: Temas & Debates, 1998. ISBN 972-759-135-3. p. 8

³⁴ BETHENCOURT, Francisco — **História da expansão portuguesa...**p. 16

Malaca, na direção da China e do Japão, pelo que Macau assumiu o estatuto e funções de uma verdadeira colónia portuguesa.

Anualmente a grande nau partia deste porto para o Japão carregada com produtos chineses como seda, porcelana e ouro, enquanto das ilhas Filipinas também chegavam a Macau mercadores para comprar mercadorias chinesas com a prata americana. Macau concretizava-se assim numa república de mercadores portugueses, independente do governador da Índia.

1.3. Macau – A Construção de uma Sociedade

Diz-nos António Aresta que a principal atividade económica de Macau era o comércio marítimo com origem em Goa, capital administrativa, religiosa, económica e política de todo o Estado da Índia, que englobava as regiões do Índico e do Pacífico, desde a costa oriental de África até ao Japão³⁵.

Esta rede de comércio era dirigida pelo capitão-mor das viagens da China e do Japão, cujo cargo apenas podia ser concedido pelo rei de Portugal ou pelo vice-rei de Goa.

Enquanto ficava em Macau à espera das mercadorias de Cantão ou da monção que permitisse aos mercadores seguir para o Japão, o capitão-mor era, então, a autoridade máxima dos portugueses, garantindo o elo de ligação de Macau a Goa.

Foi em situações de ausência do capitão-mor que a elite da cidade decide reunir as pessoas de maior representatividade e criar um órgão de poder colegial. É assim que nasce o Senado da Câmara em 1583, instituição que correspondia ao anseio da comunidade de mercadores em defender os seus interesses através de um sistema de autogoverno. Esta era uma forma de garantir um enquadramento político-administrativo permanente

Este Senado era composto por seis membros, eleitos de três em três anos. Três vereadores, dois juizes ordinários, e um procurador, elemento da ligação às autoridades chinesas. O resultado da eleição era então submetido à confirmação do vice-rei de Goa. Até finais do séc. XVIII, o Senado da Câmara era o poder máximo em Macau³⁶.

A nível social, Macau sempre foi constituída por uma elite comercial que desempenhava tarefas políticas e administrativas, e que, frequentemente, entrava em confronto com a política exercida pelo capitão-geral, ou governador, que vinha de Goa e representava os interesses centrais.

³⁵ ARESTA, António — **Macau: uma história cultural...**p. 56

³⁶ ARESTA, António — **Macau: uma história cultural...**p. 58

Só no séc. XVII, e com a intensificação da pirataria holandesa, leva o reino a nomear para Macau um capitão-geral com a finalidade de dotar a cidade de um sistema defensivo eficaz, sendo o primeiro Francisco Mascarenhas, nomeado em 1623.

A relação de Macau com as autoridades chinesas sempre esteve longe de ser pacífica. A dependência que Macau tinha com o território chinês era um facto, havendo a consciência de que a colónia era na verdade território da China e de que os portugueses apenas aí se encontravam graças ao consentimento das autoridades do império. Macau condenava-se, por outro lado, a um isolamento em muito devido à distância de Goa e à difícil comunicação com o Império Celeste³⁷.

A justiça, na mesma linha de pensamento, era exercida tanto por autoridades portuguesas como chinesas, tornando-se a sua aplicação fonte de conflitos entre as duas comunidades³⁸.

De uma forma breve, a cultura de Macau era em muito próxima à vivida em Portugal. Esta era essencialmente de raiz nobiliárquica e eclesiástica. A cultura eclesiástica esteve sempre presente e a nobiliárquica teve bastante menos expressão, porque havia poucos nobres, tendo em conta que a elite que constituía a sociedade macaense não seja considerada como nobreza³⁹.

Nesta cultura ocidental mescla-se a cultura oriental, cuja filosofia se caracteriza pela subordinação aos valores familiares e dos antepassados, imbuída de uma religiosidade onde elementos Budistas se associam aos Taoistas e sobre os quais reina a ética Confucionista. É a partir do século XVI que aparecem a mentalidade e cultura europeias, presas a uma filosofia de origem helénica, mas profundamente influenciada por princípios religiosos de raiz judaico-cristã.

Enquanto os orientais consideravam a cultura como um fim em si, no Ocidente a mesma teria que dar um significado à vida e à luta pela mesma. E não nos podemos esquecer que a comunidade que existia em Macau era muito miscigenada, com particular incidência asiática.

2. Sociedades escravagistas: O Exemplo do Brasil

Antes de avançarmos para a análise das fontes utilizadas para a presente investigação, convém perceber o que se entende por uma sociedade escravagista. Para tal, vai-se usar o Brasil como exemplo de uma sociedade considerada escravagista.

³⁷ ARESTA, António — **Macau: uma história cultural...**p. 60

³⁸ ARESTA, António — **Macau: uma história cultural...**p. 67

³⁹ BETHENCOURT, Francisco — **História da expansão portuguesa...**p. 419

Entende-se como sociedade escravagista aquela em que o trabalho dos cativos teve um peso determinante na produção de lucro, onde os escravos constituíram a maioria da população e onde grande parte das instituições presentes se destinavam ao controle e ao aprovisionamento dos escravos.

Isto difere de uma sociedade com escravos, aquelas em que, apesar de estes terem tido algum peso demográfico, económico e social, não foram essenciais, nem pelo volume nem pela função desempenhada, para a economia e para a constituição do aparelho jurídico-político, que eram assegurados por outros modelos de relação social, como a servidão e o trabalho assalariado⁴⁰.

Diz-nos Francisco Bethencourt que um dos atrativos principais das entradas para o interior aquando a colonização do Brasil residia na busca de população para os conduzir à condição de escravos. Havia que os trazer para o litoral onde a mão-de-obra fazia falta para os engenhos de açúcar, para a lavra das canas e para as fazendas que asseguravam os mantimentos, bases da economia desta colónia⁴¹.

A colónia encontrava-se, deste modo, grandemente dependente da mão escrava para pôr a funcionar os engenhos de açúcar, base da economia brasileira. Assente na estrutura do trabalho escravo dos negros importados de África, o caso do nordeste de Pernambuco é um bom exemplo desta situação de dependência já que assistimos à multiplicação dos engenhos de açúcar nesta zona, o que exige a importação de grande quantidade de mão-de-obra africana. Provenientes da Mina na sua maioria, diz o autor serem comercializados com largo lucro e são transportados para o Brasil e para as Índias Ocidentais, com o fim de aí trabalharem principalmente no fabrico de açúcar, e nestas cavarem as minas, já que os negros africanos aparentam ter a vantagem de serem tolerantes à doença e resistentes ao trabalho duro⁴².

Nos inícios do séc. XVII, a granjearia de terras e lavouras no litoral açucareiro passa a ser feito principalmente por escravos negros de Guiné e de Angola. Já em Porto Seguro a situação mais relevante era a de indígenas não cooperantes, não contribuindo então para a produção escravagista, pelo que a solução passava por importar de África a mão-de-obra necessária ao tipo de exploração açucareira adotado.

Nos princípios do séc. XVII já se diz que no Brasil criou-se uma nova Guiné devido ao elevado número de escravos que aí existiam, sendo que em algumas capitanias ultrapassavam o número da população autóctone. O autor indica também

⁴⁰ VIEIRA, Alberto — **Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII**. Ponta Delgada: Universidade do Açores, 1990

⁴¹ BETHENCOURT, Francisco — **História da expansão portuguesa...**p. 32

⁴² BETHENCOURT, Francisco — **História da expansão portuguesa...**p. 34

que quase todos estes escravos viviam em fazendas envolvidos na produção açucareira⁴³.

Tendo em conta esta informação vamos analisar as fontes e perceber, então, se Macau pode ser, como o Brasil, considerado uma sociedade escravagista.

3. A presença de escravos em Macau – números, estatutos e funções.

Antes de passar para a apresentação das fontes e a respetiva crítica, é de referir que estas são fontes na sua maioria descritivas, tratando-se de relatos de viagem e cartas de navegadores, fruto das primeiras impressões que estes tiveram quando se depararam com a sociedade macaense, e, por isso, vítimas de alguma subjetividade.

Acrescente-se que as fontes apresentadas são, portanto, circunstanciais, referentes a momentos e episódios específicos, não permitindo para este estudo a elaboração de uma visão sistemática.

Atente-se para o fato de estas fontes estarem presentes em obras publicadas, já utilizadas por outros autores numa perspetiva distinta. Isto deve-se também ao difícil acesso a fontes primárias para o tema em questão, presentes em arquivos mais ou menos distantes, como Londres ou Macau.

Na primeira fonte, «Descrição da Cidade do Nome de Deus da China (por António Bocarro, Cronista-mor do Estado da Índia)» estamos perante uma carta de descrição da cidade de Macau por António Bocarro, Cronista-Mor do Estado da Índia, do ano de 1635.

Esta primeira fonte encontra-se publicada na obra de Charles Boxer, “Macau na época da Restauração”⁴⁴. Charles Boxer refere o fato de este autor nunca ter estado na cidade de Macau, tratando-se apenas de um relato em segunda mão, mas que, como cronista-mor do Estado da Índia, este detinha acesso a todos os documentos relativos a esta colónia inserida no espaço geográfico que era o Oriente Índico e Pacífico como já foi referido nos capítulos anteriores.

Tendo em conta esta informação, é de questionar a veracidade ou a capacidade de visão totalizante da sociedade macaense desta carta já que o afastamento geográfico e a visão da comunidade por via indireta podem ter conduzido a interpretações erradas.

No que é relativo à população escrava, o autor coloca a população de Macau num número de oitocentos e cinquenta Portugueses, acrescentando em seguida que cada português possuía à volta de seis escravos. Temos aqui uma indicação vaga do

⁴³ BETHENCOURT, Francisco — *História da expansão portuguesa...*p. 35

⁴⁴ BOCARRO, António, “*Descrição da Cidade do Nome de D.ª da China*”, publ. in BOXER, Charles Ralph — *Macau na época da restauração...*pp. 27-50.

número de escravos que habitavam a colónia, mas que, segundo a indicação, nos permite apontar para um número aproximado de 5100 escravos “de armas”.

Veja-se comparativamente a esta informação o Relatório de D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães que, em 1774, coloca a população escrava num valor de 1060 indivíduos, um valor substancialmente mais reduzido do que cem anos antes. Esta informação pode ser consultada em “Os Portugueses em Macau (1750-1800)” de Martins do Vale⁴⁵ onde o autor elabora um quadro sobre a população Portuguesa de Macau. Esta mudança requer destaque pela discrepância dos números apresentados, que se traduzem numa grande descida do número de escravos, não confirmada por outras fontes. Vê-se, desta forma, a subjetividade presente nos números apresentados por António Bocarro.

Quanto ao género, o autor, também de uma forma vaga, especifica que os de maior número, e numa perspetiva mais qualitativa, os “melhores”, eram os negros e os de outras nações, não especificando quais. Relativamente às funções dos mesmos, é referido o papel que eles detinham nas embarcações Indo-Portuguesas (“Balões” ou “Manchuas”) que remavam para outras ilhas.

Quanto à população chinesa, o autor refere-os, entre os naturais da terra, muitos como “Jurbassas”, traduzido para mestres de ofício, e todos cristãos. Relativamente ao universo feminino, destaque apenas para o facto de o autor referir a ausência de mulheres chinesas, por serem bastante reservadas, e destaca as “Quevees”, as mulheres dos mercadores, pela estima com que são tratadas.

Esta referência à ausência de mulheres é um fator fundamental para justificar a necessidade de um mercado escravo feminino que respondesse às necessidades da população portuguesa, na sua maioria constituída por navegadores e comerciantes.

A segunda fonte selecionada também se encontra na obra de Charles Boxer “Macau na Época da Restauração”⁴⁶. Esta é também uma descrição da cidade de Macau, desta vez por Peter Mundy, considerado um dos viajantes mais experimentados da sua época. Este relato da sociedade macaense, feito segundo o autor da monografia na época próspera da colónia, foi realizada quando Mundy chegou à colónia, em 1637, na armada de “Squire Courteen” da Companhia das Índias. A sua descrição, feita no seu diário de tempos a tempos, é considerada pouco metódica, mas bastante rica

⁴⁵ VALE, A. M. Martins do — **Os portugueses em Macau (1750-1800): degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassallos d'El-Rei**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1997. (Memória do oriente). ISBN 972-8013-23-X. p. 131

⁴⁶ MUNDY, Peter, “*The Travels of Peter Mundy (1608-1667)*”, Vol. III, Parte II, pp. 156-316, publ. in BOXER, Charles Ralph — **Macau na época da restauração...**pp. 51 – 78.

relativamente a outros relatos devido, em parte, aos seus conhecimentos das línguas portuguesa e espanhola.

Esta será uma fonte mais fidedigna do que a anterior já que estamos perante o relato de um navegador que efetivamente esteve na colónia, ao contrário de António Bocarro, que escreveu um relato indireto e subjetivo.

Peter Mundy relata a sociedade apontando, tal como a fonte anterior, para a falta de mulheres na colónia. Foi-lhe dito que existia apenas uma mulher portuguesa na colónia e que as restantes esposas eram chinesas ou de raça mestiça. Percebemos assim que a falta de mulheres era uma constante ao longo da cronologia e deveria ser um fator que chamava a atenção a quem chegava à cidade já que é um tema recorrente nos relatos.

O autor do relato refere também um jantar na casa de um Capitão António onde este era servido por criadas chinesas compradas, algo que, segundo o autor, acontecia em quase todas as casas. Podemos, assim, assumir que o trabalho doméstico escravo era então destinado mais ao género feminino e à etnia chinesa.

O autor prossegue dizendo que é também costume os pais chineses venderem os filhos como forma de pagarem dívidas com a condição de estes serem libertados ao fim de trinta a cinquenta anos.

Noutro quadro social, Peter Mundy relata o jogo espanhol de alcanzias que decorria na cidade na Praça de S. Domingos, afirmando que, entre a população, metade eram mouros e a outra metade cristãos, cada um com os seus negros ou cafres envoltos em damascos⁴⁷, e enquanto estes levavam lanças com pendões onde estavam pintadas as armas dos seus senhores, cabia a cada negra servir o seu senhor com uma bola. Quando nesta descrição o autor se refere à forma de divertimento na cidade, este afirma que os divertimentos eram feitos na sua maioria nas casas e em família, com as mulheres, os filhos e os escravos. Destes, o autor destaca que os homens eram na sua maioria cafres de cabelo encaracolado e as mulheres eram na sua maioria chinesas. Podemos assistir aqui à presença dos escravos na vida doméstica e a proximidade destes na vida pessoal dos seus senhores.

Quanto à forma de vestir, o autor refere apenas que as mulheres dos homens ricos dificilmente se distinguem das criadas ou escravas quando saem à rua, usando

⁴⁷ Sendo o “damasco” um tecido de alta qualidade, usualmente trabalhado em seda, pode-se assumir que esta vestimenta atribuída aos escravos seria apenas na circunstância do jogo em questão como uma forma de representação social, e não para o seu uso quotidiano.

todas os trajes típicos que as cobriam na quase totalidade. Desenhos destas vestes podem ser vistas na obra em questão.⁴⁸

Quanto à terceira fonte, e a última da obra de Charles Boxer já mencionada, trata-se de mais uma carta de descrição, desta vez de Marco d'Avalos, autor sobre quem nada se sabe, que relatou a cidade no ano de 1638.⁴⁹ Este relato foi mais tarde publicado em 1645 na coleção holandesa de viagens marítimas “Begin ende Voortganch van de Vereenighde Nederlantsche geochtroyeerde Oost-Indische Compagnie”, sendo esta versão incluída no segundo volume da obra como parte da viagem de Zeyger van Rechteren às Índias de Leste e à China em 1629-33, juntamente com outros relatos da China.

O autor inicia o relato nos primórdios da fundação da cidade quando esta era governada por uma república e foi autorizada a instalação dos portugueses por autorização do povo chinês, sendo o território povoado pelo casamento entre portugueses e mulheres chinesas. Apesar de estas referências não serem referentes a escravos, é de supor, pelas descrições anteriores, que a função matrimonial poderia estar presente nas escravas chinesas que eram compradas, reflexo da falta de mulheres na colónia, essenciais para efeitos de povoamento.

A fonte seguinte, a “Relação”⁵⁰ inédita do padre Fr. Álvaro do Rosário, também está presente numa obra de Charles Boxer, “Estudos para a História de Macau – séc. XVI a XVIII”, na qual é retratado o ataque dos holandeses a Macau em 1622. Esta “Relação” foi encontrada entre manuscritos de relatos portugueses coligidos por Dâvers que o utilizou na sua obra “Histórias dos Portugueses na Índia, 1481-1894”, impressa em Londres em 1890.

Menciona-se nesta fonte o papel dos escravos como fatores essenciais na defesa da cidade e conseqüente libertação de alguns após os seus feitos vitoriosos. Também aqui há a descrição de uma escrava comparada à personagem mítica da padeira de Aljubarrota entre os portugueses pela valentia com que matou um número elevado de holandeses, como pode ser visto na seguinte transcrição: “...fidelidade de uma cafre, que vestida em traje de homem, com huma alabarda, matou 2 ou 3 olandezes”.

⁴⁸ BOXER, Charles Ralph — **Macau na época da restauração**. Lisboa: Fundação Oriente, 1993. (Obra completa de Charles Ralph Boxer). ISBN 972-9440-17-4. pp. 72-73.

⁴⁹ BOXER, Charles Ralph — **Macau na época da restauração**...pp. 79 – 94.

⁵⁰ ROSÁRIO, Fr. Álvaro, «Breve Relação da vinda dos Olandeses a Cidade de Macao porto da China, e da grande victoria que Lopo Sarmento de Carvalho Capitãoomor deles alcançou por intercessão da Sacatissima Virgem do Rosario, e do glorioso S. João Bautista em cujo dia se alcançou, feita pelo Padre Frei Alvaro do Rosario da Ordem de S. Domingos dos Pregadores, que se achou na ditta Batalha.» publ. in BOXER, Charles Ralph - **Estudos para a história de Macau**...pp. 57-66.

Craesbecck também refere que no final deste confronto se encontravam escravos entre as vidas perdidas, prova de valentia por eles demonstrado.

O autor conclui deste modo, a falta de soldados presentes na colónia em número suficiente para defender a cidade e a necessidade de ingressar os escravos neste papel, tanto homens como mulheres.

O autor faz também referência às “Instruções” de Coen que escreve para o Almirante Holandês a dizer que no tempo presente (1621) existem em Macau cerca de 700 a 800 portugueses e mestiços e 10.000 Chinas. Temos aqui mais uma breve referência à população da colónia, da qual é difícil retirar alguma conclusão específica relativamente aos números de escravos nesta data, mas da qual se percebe que a população Chinesa facilmente ultrapassava a restante.

Na Obra “O Senado – Fontes Documentais para a História do Leal Senado de Macau”⁵¹, de António Aresta, uma compilação de documentos vários referentes à colónia de Macau, destaca-se a fonte “Provizão, sobre se não intrometer o Padre Pai dos Christaons nas compras das meninas Chinas”⁵², emanado pelo rei D. João V no ano de 1716, com o objetivo de declarar que as compras feitas pelos senhores de mulheres chinesas na cidade de Macau não precisavam da autorização do Padre da cidade que se envolvia judicialmente no processo, já que tal ofendia a jurisdição real.

Aqui podemos ver o hábito que existia na compra de mulheres chinesas por parte dos portugueses na colónia. Para além disso, o uso do termo “menina” supõe a compra de mulheres ainda numa fase infantil.

Contudo, esta legislação não é original na medida em que outras medidas legislativas já existiam referentes a esta matéria. Esta informação pode ser vista no artigo de Leonor Dias Seabra e Maria de Deus Beites Manso “Escravidão, Concubinação e Casamento em Macau”.

No século XVI, o Reino interviu na repressão do comércio de escravos, no Oriente. Em 1520 D. Manuel proíbe a exportação de escravos do Oriente para a Europa, já inundada com a escravatura Africana. Proibição repetida em 1571 por D. Sebastião. Já em 1595, as autoridades chinesas queixam-se dos portugueses que compravam raparigas chinesas para criadas e exportavam-nas como escravas, sendo neste campo estabelecidas sanções pelo vice-rei da Índia, Matias de Albuquerque⁵³. Em 1758, um

⁵¹ARESTA, António — **O senado: fontes documentais para a história do Leal Senado de Macau**. Macau: Leal Senado de Macau, 1998. ISBN 972-97628-9-9.

⁵²ARESTA, António — **O senado...**p. 132

⁵³SEABRA, Leonor Diaz de; MANSO Maria de Deus Beites — **Escravidão, Concubinação e Casamento em Macau: séculos XVI-XVIII. Afro-Ásia** [em linha]. 49 (2014), 105-133. [Consult. 10 03 2017]. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912014000100004. p. 108.

decreto de D. José I, aconselhado pelo Marquês de Pombal, proibiu a escravatura das chinesas⁵⁴, não tendo sido cumprido, tal como as proibições anteriores, e só em 1869 ficou a situação resolvida com a extinção da escravatura em todos os domínios portugueses.⁵⁵

É possível ver nesta informação que a escravatura chinesa feminina foi uma constante em Macau ao longo dos tempos, sendo quer de carácter sexual, quer doméstico, e que muita desta escravatura tinha como fim a exportação para outros mercados, nomeadamente a sua inserção nas redes de tráfico como forma de obtenção de lucro.

Também na mesma obra, outra fonte a indicar (mas esta de uma forma mais indireta já que não refere qualquer informação acerca dos escravos) tem como título “Providencias sobre a entrada para freiras e casamento de mulheres com dote”, escrito pelo conde Dom Luís de Menezes, Vice-Rei do Estado Português da Índia, no ano de 1718.⁵⁶

Aqui, o conde mostra preocupação com a decadência da cidade de Macau, à qual atribui a falta de moradores, problema proveniente do limitado número de mulheres que, tendo dotes com os quais se podem casar, preferem enveredar pela vida religiosa. Ordena assim o Conde que estando completo o número de mulheres no Convento da Cidade, se proíba a entrada de mais para a vida religiosa. Percebe-se então aqui que a falta de população portuguesa feminina foi uma constante na colónia ao longo dos anos o que justificaria em parte a grande necessidade dos portugueses em comprar mulheres chinesas para constituir família ou apenas como escravas sexuais.

A próxima fonte, «Cap. XXIII De uma grande victoria que o Capitam Tristam Vaz da Veiga teve na China de hum poderoso cossario chim;...»⁵⁷ é um relato do padre Gaspar Frutuoso do ataque pirata de 1568 ao porto de Macau. É possível perceber mais uma vez o papel militar que os escravos detiveram nesta colónia.

Aqui, o autor refere que apareceram “diante do porto com perto de cem velas” piratas chineses com o intuito de atacar a cidade. Logo se organizaram os portugueses que “e elles tão poucos que não chegavam a noventa portugueses e os seus

⁵⁴ SEABRA, Leonor Diaz de; MANSO Maria de Deus Beites — *Escravatura, Concubinagem e Casamento em Macau*...p. 112.

⁵⁵ SEABRA, Leonor Diaz de; MANSO Maria de Deus Beites — *Escravatura, Concubinagem e Casamento em Macau*...p. 115.

⁵⁶ MOURA, Manoel Pires de, “*Providencias sobre a entrada p.^a freiras e casamento de mulheres com dote*”, publ. in: ARESTA, António — **O Senado**...p. 139.

⁵⁷ FRUTUOSO, Gaspar, “*Cap. XXIII De uma grande victoria que o Capitam Tristam Vaz da Veiga teve na China de hum poderoso cossario chim; e como deixou quase acabada huma fortaleza no Porto do Nome de Ds. Onde os Portugueses estão na China*” publ. in “*Livro 2º das Saudades da Terra do Doctor Gaspar Frutuoso*” in PING, Jin Guo — *Combates a piratas. Revista Militar*. ISSN 0873-7630. Vol. 51, Nº 2364 (1999), pp. 199-228.

escravos...». Percebe-se aqui, mais uma vez, a inserção de escravos nas tarefas militares para defesa contra os ataques perpetrados contra a colónia, encontrando-se estes também entre as vítimas mortais deste confronto.

Outra fonte consultada para a elaboração deste trabalho foi a "Copia da Relação que o Presente Visitador da Província de Japão... mandou ao nosso Reverendo Padre Geral do martírio que em Japão padecerão os embaxadores da cidade de Macao..."⁵⁸. Esta fonte é um relato escrito em 1640 por António Rubino referente ao martírio sofrido pelos portugueses às mãos dos japoneses aquando a chegada destes aos portos do Japão numa tentativa de reabrir as relações comerciais com Macau e o Império Português.

Salienta-se aqui, mais uma vez, a bravura e a honra apontadas aos escravos que acompanhavam a expedição que, perante a possibilidade de viver se escolhessem renegar à fé, preferiram dar a vida por esta. É também possível observar aqui as diferentes etnias que formavam o quadro social escravo de Macau. As etnias presentes neste martírio eram das mais variadas origens, referindo-se o autor aos escravos "cafres, malavares, chinas, chingalas, malayos, bengallas, macaçares, jaos e d'outras nações"⁵⁹.

Também no *Treslado do Padre Brás Pinto*⁶⁰ são enumerados os nomes dos diferentes escravos mártires de diferentes etnias como Chinas, Malabares, Cafres e Malaiois⁶¹.

Em ambas as fontes se percebe que os escravos participavam com os senhores em tarefas de cariz comercial.

A última fonte consultada trata-se de uma compilação de cartas da China referentes aos anos de 1644⁶², 1645⁶³, 1646⁶⁴ e 1647⁶⁵. Nestas "Cartas Annuas da China"⁶⁶ escritas pelo Padre António de Gouveia, o autor viaja pela China na missão de

⁵⁸RUBINO, António, "Copia da Relação que o P.^o Visitador da Província de Japão e Vice-Província da China mandou ao nosso Reverendo Padre Geral do martírio que em Japão padecerão os embaxadores da cidade de Macao e outros seus companheiros." publ. in VIDEIRA, Benjamim — **A Embaixada Mártir**. Macau: Instituto Cultural de Macau (1988). pp. 128-147.

⁵⁹ RUBINO, António, "Copia da Relação que o P.^o Visitador...p. 135

⁶⁰ RUBINO, António, "Copia da Relação que o P.^o Visitador...p. 82

⁶¹ RUBINO, António, "Copia da Relação que o P.^o Visitador...p. 87

⁶² GOUVEIA, António "Anua das Províncias do Sul na China de 1644", publ. in ARAÚJO, Horácio P. (ed.) — **Cartas ânuas da China: (1636, 1643 a 1649)**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1998. (Documenta). ISBN 972-8013-26-4 p. 179

⁶³ GOUVEIA, António de, "Anua da Vice-Província da China nas Partes do Sul do Ano de 1645", publ. in ARAÚJO, Horácio P. (ed.) — **Cartas ânuas da China**..p. 179; p. 233.

⁶⁴ GOUVEIA, António de, "Anua da Vice-Província da China do Ano de 1646", publ. in ARAÚJO, Horácio P. (ed.) — **Cartas ânuas da China**...p. 179; p. 289.

⁶⁵ GOUVEIA, António de, "Anua da Vice-Província da China nas Partes do Sul do Ano de 1647", publ. in ARAÚJO, Horácio P. (ed.) — **Cartas ânuas da China**...p. 179; p. 341.

⁶⁶ GOUVEIA, António de — **Cartas ânuas da China**...

evangelizar o povo chinês. Estas cartas relativas às missões efetuadas pelos Jesuítas tratam-se de relatórios anuais, em forma epistolar, que eram enviadas para Roma pelos Superiores das diversas missões da Companhia.

Nas cartas consultadas é possível perceber a existência de comunidades de escravos fugidos de Macau onde o padre sempre voltava durante os anos aqui apresentados.

Conclusão

Após a análise das fontes e do cruzamento da sua informação com outros estudos sobre o tema podemos concluir que a população escrava deteve um papel importante em Macau nos mais diversos aspetos que foram apresentados acima. Nesta parte final do trabalho vai-se enumerar sistematicamente essas diferentes funções, permitindo assim chegar a uma conclusão sobre a questão anunciada no início deste artigo.

Destaca-se, de entre todos os cargos detidos pela população escrava o papel doméstico. Este papel, segundo as informações reunidas, foi a que os escravos detiveram, na sua maioria, um papel importante, que se mostrava particularmente destacado no universo feminino e relevante a etnia chinesa. Estas mulheres eram, compradas frequentemente em idades precoces por um período limitado de anos, passando a estar ao serviço de um senhor. Contudo, esta tarefa não era exclusiva de uma etnia ou de um género, como se pode comprovar no que toca a atividades de cariz lúdico onde vemos a participação de cafres, tanto homens como mulheres.

Refira-se também a compra de escravos para fins de colonização e escravatura sexual, comprovado pela falta de mulheres presentes na colónia, fato relatado por diversas fontes, de onde se destacam as Fontes Documentais para a História do Leal Senado de Macau, mas também pelo papel que Macau deteve como mercado de mão de obra escrava. Refira-se aqui também que as autoras Leonor Diaz de Seabra e Maria de Deus Beites Manso no seu estudo já referido também afirmam que estes grupos femininos eram absolutamente cruciais na estruturação de um comércio matrimonial que se tornou vital na estruturação de parentescos e na reprodução de famílias mercantis⁶⁷. Reprodução esta sem a qual não seria possível construir uma colónia mercantil como foi a colónia macaense.

⁶⁷SEABRA, Leonor Diaz de; MANSO Maria de Deus Beites — Escravatura, Concubinação e Casamento em Macau...p.105.

Relativamente à função que se destaca nesta pesquisa pela importância que deteve na defesa do território contra ataques exteriores, esta é a militar. Quer no ataque holandês como no ataque pirata apontados acima, em ambos vemos a presença ativa dos escravos e o seu papel na defesa da cidade, muito devido, mais uma vez, à reduzida população existente com poucos meios de defender a colónia contra os ataques perpetrados.

Para além da função doméstica e militar, podemos também apontar a participação da mão escrava nas trocas comerciais. Isso é visto na descrição de Peter Mundy, quando este afirma que os escravos tinham barcos próprios, e também no episódio do martírio do Japão, onde se percebe a presença de escravos nas naus que navegavam para o Japão para prestarem apoio aos navegadores, quando estes partem na tentativa de reabrir os mercados entre a China e o Japão, rota essencial para o enriquecimento da colónia.

Tendo em conta estas informações, apesar de variadas e pertinentes, estas não são suficientes para podermos considerar que estamos perante uma sociedade escravagista comparável com outras, como por exemplo, a do Brasil. Os motivos que se prendem com esta conclusão devem-se a dois motivos. Se, por um lado, estes não estão presentes em número suficiente para percebermos o seu peso na sociedade, por outro estamos perante uma sociedade mercantil onde a obtenção do lucro era conseguido através de trocas comerciais, presente nas mãos de mercadores livres, e não através de um mercado escravagista.

Relativamente às etnias presentes, conclui-se que estas eram variadas e provenientes de diversos locais, sendo Macau uma colónia rica no que toca ao processo de amálgama entre culturas e etnias, muito graças à posição geográfica que ocupava no Oriente e devido à sua posição como ponto de contacto entre territórios hostis como é o caso da China e do Japão.

Quanto ao número de escravos presentes na colónia, é difícil chegar a conclusões. Mas os números apresentados por autores como Peter Mundy parecem exagerados, como já foi referido no início. Não podemos assim concluir que peso numérico é que os escravos detinham relativamente à restante população.

Comparando então o papel da população escrava em Macau com o papel da população escrava em sociedades consideradas escravagistas, uma resposta positiva ao problema apresentado não se revela possível, permanecendo muitas questões por responder.

Uma das mais proeminentes é a falta de estudos relativo ao mercado de escravatura sexual que Macau detinha, quer a nível interno como a nível externo, para o resto do Império. Esta questão é levantada no trabalho de Leonor Seabra⁶⁸.

Outra questão que ainda se encontra por explorar é a relativa à existência de “quilombos asiáticos”. Na verdade, a referência a comunidades de escravos fugidos de Macau e à criação das suas próprias comunidades pode ser vista na fonte consultada “*Cartas Annuas China*”⁶⁹ que embora não tenha sido pertinente para a questão de partida de uma forma direta, um melhor estudo desta realidade poderá lançar uma luz sobre as relações sociais entre os escravos macaenses e o Império Chinês.

Referências

Fontes Impressas

BOCARRO, António, “*Descrição da Cidade do Nome de D.s da China*”, publ. in BOXER, Charles Ralph — **Macau na época da restauração**. Lisboa: Fundação Oriente, 1993. ISBN 972-9440-17-4;

FRUTUOSO, Gaspar, “*Cap. XXIII De uma grande victoria que o Capitam Tristam Vaz da Veiga teve na China de hum poderoso cossario chim; e como deixou quase acabada huma fortaleza no Porto do Nome de Ds. Onde os Portugueses estão na China*” publ. in “*Livro 2º das Saudades da Terra do Doctor Gaspar Frutuoso*” in PING, Jin Guo — Combates a piratas. **Revista Militar**. ISSN 0873-7630. Vol. 51, Nº 2364 (1999), pp. 199-228;

GOUVEIA, António de, “*Annua das Provincias do Sul na China de 1644*”, publ. in ARAÚJO, Horácio P. (ed.) — **Cartas ânuas da China: (1636, 1643 a 1649)**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1998. (Documenta). ISBN 972-8013-26-4;

GOUVEIA, António de, “*Ânua da Vice-Província da China do Ano de 1646*”, publ. in ARAÚJO, Horácio P. (ed.) — **Cartas ânuas da China: (1636, 1643 a 1649)**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1998. (Documenta). ISBN 972-8013-26-4;

GOUVEIA, António de, “*Ânua da Vice-Província da China nas Partes do Sul do Ano de 1645*”, publ. in ARAÚJO, Horácio P. (ed.) — **Cartas ânuas da China: (1636, 1643 a 1649)**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1998. (Documenta). ISBN 972-8013-26-4;

⁶⁸ SEABRA, Leonor Diaz de; MANSO Maria de Deus Beites — Escravatura, Concubinação e Casamento em Macau...p. 108.

⁶⁹GOUVEIA, António de — Cartas ânuas da China...

GOUVEIA, António de, “*Ânua da Vice-Província da China nas Partes do Sul do Ano de 1647*”, publ. in ARAÚJO, Horácio P. (ed.)— **Cartas ânuas da China: (1636, 1643 a 1649)**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1998. (Documenta). ISBN 972-8013-26-4;

MOURA, Manoel Pires de, “*Providencias sobre a entrada p.^a freiras e casamento de mulheres com dote*”, publ. in: ARESTA, António — **O Senado: fontes documentais para a história do Leal Senado de Macau**. Macau: Leal Senado de Macau, 1998. ISBN 972-97628-9-9;

MUNDY, Peter, “*The Travels of Peter Mundy (1608-1667)*”, Vol. III, Parte II, pp. 156-316, publ. in BOXER, Charles Ralph — **Macau na época da restauração**. Lisboa: Fundação Oriente, 1993. (Obra completa de Charles Ralph Boxer). ISBN 972-9440-17-4;

ROSÁRIO, Fr. Álvaro, «*Breve Relação da vinda dos Olandeses a Cidade de Macao porto da China, e da grande victoria que Lopo Sarmiento de Carvalho Capitão mor deles alcançou por intercessão da Sacatissima Virgem do Rosario, e do glorioso S. João Bautista em cujo dia se alcançou, feita pelo Padre Frei Alvaro do Rosario da Ordem de S. Domingos dos Pregadores, que se achou na ditta Batalha.*» publ. in BOXER, Charles Ralph — **Estudos para a história de Macau: séculos XVI a XVIII**. Lisboa: Fundação Oriente, 1991. 1º tomo, Vol. I. ISBN 972-9440-01-8;

RUBINO, António, “*Cópia da Relação que o P.^o Visitador da Provincia de Japão e Vice-Provincia da China mandou ao nosso Reverendo Padre Geral do martirio que em Japão padecerão os embaxadores da cidade de Macao e outros seus companheiros.*” publ. in VIDEIRA, Benjamim — **A Embaixada Mártir**. Macau: Instituto Cultural de Macau (1988);

Bibliografia

ALVES, Jorge Manuel Ribeiro dos Santos — **Um porto entre dois impérios: estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1999. (Memória do oriente). ISBN 972-8013-46-9.

ARESTA, António — **Macau: uma história cultural**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Inquérito, 2009. (Jorge Álvares). ISBN 978-972-670-436-2.

ARESTA, António — **O senado: fontes documentais para a história do Leal Senado de Macau**. Macau: Leal Senado de Macau, 1998. ISBN 972-97628-9-9.

BETHENCOURT, Francisco — **História da expansão portuguesa: o Brasil na balança do império (1697-1808)**. Lisboa: Temas & Debates, 1998. ISBN 972-759-135-3.

BOXER, Charles Ralph — **Estudos para a história de Macau: séculos XVI a XVIII**. Lisboa: Fundação Oriente, 1991. (Obra completa de Charles Ralph Boxer). 1º tomo, Vol. I. ISBN 972-9440-01-8.

BOXER, Charles Ralph — **Fidalgos no Extremo Oriente: 1550-1770: factos e lendas de Macau antigo**. Macau: Fundação Oriente, Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990.

BOXER, Charles Ralph — **Macau na época da restauração**. Lisboa: Fundação Oriente, 1993. (Obra completa de Charles Ralph Boxer). ISBN 972-9440-17-4.

BOXER, Charles Ralph — **The great ship from Amacon: annals of Macao and the old Japan trade, 1555-1640**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963.

GELBER, Harry G. — **O dragão e os diabos estrangeiros: a China e o mundo, de 1100 a.c. até à actualidade**. Lisboa: Guerra e Paz, 2008. ISBN 978-989-8174-07-9.

GOUVEIA, António de — **Cartas ânuas da China: (1636, 1643 a 1649)**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1998. (Documenta). ISBN 972-8013-26-4.

MONTEIRO, Anabela Nunes — **Macau e a presença portuguesa seiscentista no Mar da China. Interesses e estratégias de sobrevivência** [em linha]. Coimbra: [s.n.], 2011.

PANIKKAR, K. M — **A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PING, Jin Guo — Combates a piratas. *Revista Militar*. ISSN 0873-7630. Vol. 51, Nº 2364 (1999).

SEABRA, Leonor Diaz de; MANSO Maria de Deus Beites — **Escravidão, Concubinação e Casamento em Macau: séculos XVI-XVIII**. In *Afro-Ásia*, 49 (2014) 105-133. Escravidão, concubinação.

SOUSA, Ivo Carneiro de — **Portugal e o Sudoeste Asiático: problemas, tendências e novas orientações historiográficas**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2003. Separata de: *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, vol. 4, 2003.

SOUZA, George Bryan — **The survival of empire: Portuguese trade and society in China and the South China sea, 1630-1754**. Cambridge: University Press, 1986. ISBN 0-521-24855-8.

TEIXEIRA, Manuel — **Japoneses em Macau**. Macau: Instituto Cultural, Comissão Territorial para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993. (Japónica). ISBN 972-35-0132-5.

TEIXEIRA, Manuel, Padre — **Primórdios de Macau**. Macau: Instituto Cultural, 1990. ISBN 972-35-0091-4.

TAVARES, Daniel Valensuela — Macau: Uma sociedade escravagista (séculos XVI-XVIII)?. **Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2017**. Volume 3 (2018), pp.244-269.

VALE, A. M. Martins do — **Os portugueses em Macau (1750-1800): degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassalos d'El-Rei**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1997. (Memória do oriente). ISBN 972-8013-23-X.

VIDEIRA, Benjamim — **A Embaixada Mártir**. Macau: Instituto Cultural de Macau (1988).

VIEIRA, Alberto — **Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII**. Ponta Delgada: Universidade do Açores, 1990